

# O BOLSONARISMO FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19: pulsão suicidária e repressão do luto

Rafael Burgos<sup>1</sup> , Luma Santos de Oliveira<sup>1</sup> 

## RESUMO

Diante dos graves impactos causados pela pandemia da covid-19 no Brasil, o artigo busca elucidar os discursos do bolsonarismo sobre a morte, à luz de dois conceitos fundamentais: a pulsão suicidária e a negação do luto. No intuito de compreender os afetos que guiaram o presidente brasileiro na crise sanitária, exploramos o conceito de Estado suicidário, principalmente a partir das ponderações de Michel Foucault, e seus desenvolvimentos associados à pandemia no Brasil, conforme esmiúça Vladimir Safatle. Além disso, consideramos as ideias de Judith Butler a respeito do luto, a fim de pensar uma negação da vulnerabilidade frente à doença. Os resultados de nossa investigação buscam contribuir com as reflexões sobre como o bolsonarismo, e os fascismos de modo geral, lidam com a morte, e de que maneira, num contexto de crise sanitária e social, suas fantasias implicaram a produção de um morticínio em massa, acompanhado da negação de um luto coletivo.

**Palavras-chave:** Comunicação política, Judith Butler, Estado suicidário, Bolsonaro, Covid-19.

BOLSONARISMO IN THE FACE OF THE COVID-19 PANDEMIC: Suicidal drive and the denial of grief

## ABSTRACT

In the face of the serious impacts caused by the covid-19 pandemic in Brazil, the article seeks to elucidate Bolsonaro's discourses in relation to death, given two fundamental concepts: the suicidal drive and the denial of mourning. In order to understand the affects guiding the Brazilian president in the current crisis, we explore the concept of the Suicidal State, mainly upon the elaborations of Michel Foucault, and its developments associated with the pandemic in Brazil, as detailed by Vladimir Safatle. In addition, we consider Judith Butler's ideas about the grief, considering the denial of a state of vulnerability in the face of the virus. The results of our investigation seek to contribute to the reflections on how Bolsonaro, and fascism in general, deal with death, and how, in a context of a health and social crisis, their fantasies resulted in thousands of losses, accompanied by the denial of a collective grief.

**Keywords:** Political Communication, Judith Butler, Suicidal state Covid-19, Bolsonaro.

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Autor Correspondente: Rafael Burgos  
E-mail: burgosrafael@gmail.com

Recebido em 10 de março de 2022 | Aceito em 20 de Outubro de 2022.

# EL BOLSONARISMO ANTE LA PANDEMIA DE COVID-19: Pulsión suicida y represión del duelo

## RESUMEN

Ante los graves impactos causados por la pandemia de covid-19 en Brasil, el artículo busca dilucidar los discursos del bolsonarismo sobre la muerte, a la luz de dos conceptos fundamentales: la pulsión suicida y la negación del duelo. Para comprender los afectos que guían al presidente brasileño en la crisis actual, exploramos el concepto de Estado suicida, principalmente a partir de las consideraciones de Michel Foucault, y sus desarrollos asociados a la pandemia en Brasil, detallados por Vladimir Safatle. Además, consideramos las ideas de Judith Butler sobre el duelo, para pensar una negación de la vulnerabilidad frente a la enfermedad. Los resultados de nuestra investigación buscan contribuir a las reflexiones sobre cómo el bolsonarismo, y el fascismo en general, lidian con la muerte, y cómo, en un contexto de crisis sanitaria y social, sus fantasías resultaron en miles de muertes, acompañadas de la negación de un duelo colectivo.

**Palabras clave:** Comunicación política, Judith Butler, Estado suicidario, Covid-19, Bolsonaro.

## 1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020, o vírus da covid-19 começa a se alastrar por diversos países do mundo, após ser identificado inicialmente na China. O primeiro caso da doença no Brasil é registrado no dia 26 de fevereiro, período em que países como a Itália já viviam um colapso no sistema de saúde, ocasionado pela alta transmissibilidade e gravidade do novo coronavírus. No intuito de conter essa ameaça global, diferentes governantes passam a adotar medidas de distanciamento social, isolamento, rastreamento dos infectados, uso de máscaras faciais, entre outras, o que faz com que países como Nova Zelândia e Vietnã consigam ótimos resultados no controle do contágio<sup>1</sup>.

A falta da adoção de medidas eficientes no Brasil se alia à postura e discursos negacionistas por parte do presidente Jair Bolsonaro, fazendo com que o país ultrapasse a marca de 500 mil mortos pela covid-19 no mês de junho de 2021, quando o país ainda registrava mais de mil mortes diárias em consequência da doença. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo investigar os afetos que mobilizaram o bolsonarismo frente à chegada de um vírus letal, e que acabaram por convocar os cidadãos para o enfrentamento da morte.

Para pensar a situação de vulnerabilidade vivida pela população brasileira, bem como sua relativa normalização, trazemos aqui um levantamento acerca das teorias do Estado suicidário, tomando como base estudiosos que se propuseram a discutir o nazismo e fascismo no século XX. As considerações de Adorno, Virilio, Foucault e Deleuze/Guattari nos levam à hipótese de que condições semelhantes àquelas tenham se efetivado no Brasil durante a pandemia, conforme articulam Safatle e outros pesquisadores atuais.

O conceito de pulsão nos ajudará a entender a aderência da população à atitude de se colocar em risco perante à ameaça do vírus. Diante da atual cultura de consumo, Fontenelle (2017) pontua como o tema da pulsão já era explorado, de modo primitivo, no século XVIII por Bernard Mandeville, ao associar a repressão de paixões ao desenvolvimento de doenças; por outro lado, o autor dizia também que a liberdade em busca de prazer levava à conquista da prosperidade.

Entretanto, é na psicanálise do século XX que essa ideia se fundamenta de fato. Sigmund Freud explica que a pulsão age na fronteira entre o psíquico e o somático; para ele a pulsão de vida e a pulsão de morte devem sempre estar em equilíbrio, controladas pelo supereu, no entanto “[...] é preciso que uma instância externa (a sociedade) determine o que é o bem ou o mal, forçando o sujeito a seguir esse caminho” (FONTENELLE, 2017, p. 189).

1 Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55704511>

Neste sentido, entendemos que a pulsão suicidária, tal qual recuperada por Safatle (2020a), é empenhada pelo bolsonarismo para o enfrentamento do vírus, por meio de fantasias de masculinidade, ou seja, encará-lo de frente, sem proteção, mesmo que isso implique colocar a vida, de si e do outro, em risco. Esse fim último é alcançado pelo excesso, sem limites, em direção àquilo que a pulsão nos leva, atingindo o estágio perigoso do gozo, como discorre Fontenelle (2017), que no caso da pandemia é a própria morte.

Lidar com uma morte que afeta a comunidade em grande escala é um dos traços que distinguem a atual crise sanitária. Portanto, sugerimos pensar aqui a repressão do luto como um dos traços sociais do bolsonarismo, tendo em vista a dimensão partilhada pela filósofa Judith Butler, focada na admissão da vulnerabilidade como uma condição do processo de enlutamento. Analisar os discursos de Bolsonaro, por esse prisma, é observar como as suas fantasias de domínio e virilidade permeiam o enfrentamento da pandemia, com implicações severas sobre os modos pelos quais arriscamos a vida e desafiamos a morte.

## 2. O ESTADO SUICIDÁRIO NO SÉCULO XX

Após a experiência do nazifascismo na primeira metade do século XX, diferentes autores apontaram para a natureza autodestrutiva do Estado nazista (1933-1945). Num artigo publicado em 1946, um ano após a queda de Adolf Hitler, Theodor Adorno analisa, pela via da psicologia, a propaganda fascista contida em palestras radiofônicas transmitidas nos Estados Unidos. Ali, a destrutividade, para Adorno, transparece como um “fundamento psicológico do espírito fascista” (ADORNO, 1946/1975, np.). Segundo o filósofo alemão, a respeito da propaganda fascista:

A esperança mais forte que pode existir para efetivamente fazer frente a todo esse tipo de propaganda consiste em apontar suas implicações auto-destrutivas. O desejo psicológico de auto-aniquilação reproduz fielmente a estrutura de um movimento político que, derradeiramente, transforma seus seguidores em vítimas.

Algumas décadas depois, em 1976, Paul Virilio e Michel Foucault retomaram o conceito. Virilio (1976/1999, p.32) descreve o método de governo de Hitler como aquele ancorado no horror do povo alemão à cotidianidade e num fascínio pelo inabitual:

Neste horror compartilhado frente à cotidianidade e a seu meio ambiente, Hitler encontrará finalmente seu mais seguro método de governo, a legitimação de sua política e de sua estratégia militar, e isto até o final, já que - longe de destruir a natureza repulsiva de seu poder - as ruínas, os horrores, os crimes, o caos da guerra total, não farão normalmente mais que aumentar sua extensão.

Nesse sentido, o famoso telegrama 71, em que se lê a mensagem de Hitler “Se a guerra está perdida, que a nação pereça”, seria, para Virilio (na mesma obra, p.33), a realização final do Estado suicidário, um projeto de “aniquilação progressiva da independência entre tempo, espaço e sujeito”, ou, precisamente, o que o filósofo francês Michel Foucault (1976/1999, p.309), como veremos a seguir, descreve como “o controle das eventualidades próprias dos processos biológicos”.

Foucault elucida a faceta suicidária do regime nazista pela perspectiva da biopolítica; ela não lida mais com indivíduos, mas com o corpo múltiplo de uma população. A emergência da biopolítica, que atua sobre áreas como a natalidade, morbidade, incapacidades biológicas, efeitos do meio, entre outras, teria possibilitado a inserção do racismo na lógica do Estado moderno (na mesma obra, p. 304).

Assim, sustenta o autor de História da Loucura, foi o racismo que permitiu ao Estado moderno atuar sob uma relação guerreira, do tipo “se você quer viver, é preciso que o outro morra” (na mesma obra, p. 305). Foucault percebe, ainda, que essa lógica guerreira ganha um novo elemento a partir do final do século XIX, que é a instrumentalização da guerra em prol da regeneração da raça, o que inaugura a perspectiva suicidária em sua abordagem:

A guerra - isto é absolutamente novo - vai se mostrar, no final do século XIX, como uma maneira não simplesmente de fortalecer a própria raça eliminando a raça adversa (conforme os temas da seleção e da luta pela vida), mas igualmente de regenerar a própria raça. Quanto mais numerosos forem os que morrerem entre nós, mais pura será a raça a que pertencemos. (na mesma obra., p. 308)

“Estado racista, Estado assassino, Estado suicida” (na mesma obra, p. 311), eis a fórmula de Foucault para descrever o regime nazista, condição em que expor o seu próprio povo à morte significava cultivar biologicamente a vida da coletividade.

Por fim, cabe destacar o Estado suicidário em Deleuze e Guattari (1980/1996). Os autores de O anti-Édipo recorrem à elaboração de Virilio para afirmar uma distinção entre o que seria a natureza de um Estado totalitário e de um Estado fascista - distinção essa que, por exemplo, não é considerada por Foucault na obra já citada.

Para Deleuze e Guattari (na mesma obra, p.104), totalitarismos como o empregado durante o stalinismo partem da conservação de um todo estatal, enquanto, no fascismo, prevalece a captura do Estado por uma máquina de guerra. Num regime de natureza fascista, dizem Deleuze e Guattari:

O Estado é muito menos totalitário do que suicidário. Existe, no fascismo, um niilismo realizado. É que, diferentemente do Estado totalitário, que se esforça por colmatar todas as linhas de fuga possíveis, o fascismo se constrói sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras. É curioso como, desde o início, os nazistas anunciavam para a Alemanha o que traziam: núpcias e morte ao mesmo tempo, inclusive a sua própria morte e a dos alemães.

Partimos, portanto, da demonstração de como o conceito de Estado suicidário foi abordado por diferentes autores do século XX para, então, sustentar a hipótese desta pulsão suicidária como um elemento central da atuação do governo federal durante a pandemia de covid-19.

### 3. O RETORNO DA PULSÃO SUICIDÁRIA NO BRASIL DA PANDEMIA: JAIR BOLSONARO E O CHAMADO PARA A MORTE DIANTE DO VÍRUS

---

A partir da teoria clássica de soberania, em que o soberano tem direito sobre a vida de seus súditos, ao fazer morrer ou deixar viver, Foucault (na mesma obra) aponta a transformação desse direito em um novo, estabelecido no século XIX, que é o direito de fazer viver e de deixar morrer. No contexto da biopolítica, o poder não tem mais domínio sobre a morte, individualizada, mas sobre a mortalidade.

Tal desenvolvimento do poder dá abertura para duas tecnologias operantes em diferentes níveis, que, longe de se anularem, podem ser sobrepostas; são elas a tecnologia disciplinar do corpo, que atua a nível individual e se dá por meio institucional, e a tecnologia regulamentadora da vida, que atua sobre a população e se dá por meio estatal. Ao traçar esse panorama, Foucault (na mesma obra, p.304) entende que os detentores do poder deveriam ser responsáveis por proteger e perpetuar a vida, trazendo o mesmo questionamento que hoje nos aflige:

Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor à morte não só seus inimigos mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer?

Com o olhar voltado ao nazismo alemão, o pensador francês identifica no racismo o artifício político de um governo em busca de justificar o massacre de seu próprio povo. Para garantir o direito de matar, sob o poder

da normalização, utiliza-se, portanto, um discurso político próximo da teoria do evolucionismo, em que as minorias, inferiorizadas e sujeitas a uma seleção natural, devem ser aniquiladas em prol do desenvolvimento e da prosperidade da população. Nesse sentido, o autor entende que o direito de matar não se limita apenas ao extermínio direto:

[...] por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. (na mesma obra, p. 306)

Ao observarmos a postura do governo federal desde o começo da pandemia de covid-19, vem à tona uma série de elementos no discurso do presidente Jair Bolsonaro que têm como eixo central a convocação para a população se expor ao vírus, sempre aliada à defesa de virtudes alegadamente masculinas, como a coragem.

Estudiosos do fascismo convergem ao apontarem a defesa de um ideal de masculinidade como valor central deste fenômeno político. Numa análise do famoso “discurso da gripezinha” de Jair Bolsonaro, o primeiro pronunciamento do presidente à nação desde o advento da pandemia, o filósofo estadunidense Jason Stanley chamou atenção para como Bolsonaro mobilizou os elementos da juventude, da vitalidade e da grandeza do Brasil enquanto razão pela qual a covid-19 não nos atingiria, em contraponto ao exemplo italiano, saliente à época, que constituiria a imagem de um país idoso e fraco, e por isso fortemente atingido pela doença. Afirma Stanley (2020):

[...] o presidente nos diz que são a juventude, a vitalidade e a grandeza do Brasil que derrotarão o vírus - em suma, como minhx colegx Robin Dembroff me explicou, para Bolsonaro é a masculinidade do Brasil que, no fim das contas, virá nos salvar”.

Nessa mesma direção, incontáveis vezes, o presidente brasileiro alegou que o chamado “vírus do pavor”<sup>2</sup> seria mais grave do que a própria covid, associando a exposição ao contágio à virtude corajosa. Também podemos recordar seu incômodo com o que chamou de um “país de maricas”<sup>3</sup>, semanas antes de o Brasil enfrentar uma devastadora segunda onda da pandemia.

Este discurso não apenas orientou a postura pessoal do presidente da República, mas, no atual contexto de polarização informacional, revelou-se determinante para a formação de representações sociais em torno da defesa de posturas anticientíficas defendidas pelo bolsonarismo, como atestam estudos recentes (DE ROSA, A. S. et al., 2021; GIACOMOZZI, A. I. et al., 2022; JUSTO, A. M. et al., 2020) que dão conta do impacto dessa polarização sobre o comportamento de parcela da população no enfrentamento do vírus.

Além de exercer influência direta sobre os seguidores do presidente, tal postura também se converteu em política pública. Objeto central de investigação na CPI da Covid, instalada no Senado para apurar crimes e omissões do governo federal no combate à pandemia, o incentivo ao contágio como busca de uma “imunidade de rebanho” orientou as ações do governo desde os primeiros meses de 2020, como admitido pelo ministro da Economia Paulo Guedes<sup>4</sup>.

Cabe lembrar que essa orientação anticientífica disfarçada de virtude masculina já estava presente em alegorias feitas pelo presidente Bolsonaro junto a apoiadores, como a metáfora da chuva<sup>5</sup>, meio de sustentar que, como o vírus atingiria a todos, a solução seria se expor de antemão para desenvolver imunidade. Não deixa de chamar atenção como há, na alegoria da chuva, um elemento sintomático: à diferença do que su-

2 Ver: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-diz-que-ha-virus-do-pavor-que-parece-que-so-se-morre-de-covid-no-brasil-24910308>

3 Ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

4 Ver: <https://metropoles.com/brasil/politica-brasil/covid-guedes-admite-que-governo-apostou-na-imunidade-de-rebanho>

5 Ver: <https://poder360.com.br/governo/esse-virus-e-igual-a-uma-chuva-vai-molhar-70-de-voces-diz-bolsonaro/>

gere Bolsonaro, as chuvas, bem como outros fenômenos naturais, não são democráticas, e afetam desigualmente as pessoas, atingindo mais fortemente aqueles que têm menos condições de se proteger.

Em sentido muito particular, numa pandemia, assim como numa tempestade, a inação do Estado produz resultados similares: ela separa os mais fortes dos mais fracos, os mais abastados dos menos. Essa lógica de se sacrificar por outrem é assimilada por Foucault (na mesma obra, p.308) no sentido de que “[...] a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida em que ela é membro de uma raça ou de uma população, na medida em que se é elemento numa pluralidade unitária e viva”.

Assim como o nazismo, que submeteu o povo alemão às consequências de um projeto político autodestrutivo, vemos no Brasil seus habitantes submetidos a um risco desejado, em uma jogada suicida em meio à pandemia. Nesse contexto, Safatle atualiza para nossa realidade aquilo que Foucault já dizia sobre a pulsão suicidária, sugerindo que, no caso, estaria em curso um experimento próprio ao neoliberalismo em territórios periféricos. Ao evocar as ideias de Foucault, ele indica que “Há várias formas de destruir o Estado e uma delas, a forma contrarrevolucionária, é acelerando em direção a sua própria catástrofe, mesmo que ela custe nossas vidas”. (na mesma obra, np.).

O governo brasileiro, para Safatle, vai além de um Estado autoritário clássico, que visa destruir seus inimigos, mas testa os limites de seu fim último, através da morte generalizada, em um Estado suicidário. O discurso defendido e propagado para que o risco seja aceito e as mortes se tornem normalizadas é o de que a economia não pode parar. Nesse sentido, vende-se a ideia de que caberia aos próprios trabalhadores a tarefa de evitar a irrupção de uma crise financeira, expondo-se diariamente ao perigo do vírus para garantir a estabilidade das grandes empresas ou, ainda, que sacrificar algumas milhares de vidas seria mais desejável do que fazer pequenas concessões na vida privada.

O processo pelo qual passamos hoje, entretanto, carrega a herança de uma história atravessada pelo genocídio, que se inicia com o colonialismo, perpassa a ditadura militar e chega ao atual período com estratégias já bem desenvolvidas, por parte do Estado brasileiro, para abafar o número de mortes, como visto durante investidas do Ministério da Saúde na gestão do general Eduardo Pazuello<sup>6</sup>.

Em um cenário no qual a contaminação é um problema de saúde pública, prevaleceu, como vimos, uma lógica individualista de enfrentamento do vírus como demonstração de força e, em última análise, como continuação do que Safatle (na mesma obra, np.) chama de uma “guerra civil não declarada”.

O problema extrapola o âmbito interno quando o Brasil passa a ser um dos epicentros mais preocupantes da pandemia no mundo, transformando-se em “[...] objeto de um cordão sanitário global, de um isolamento como foco não controlado de proliferação de uma doença da qual os outros países não querem nunca mais partilhar” (na mesma obra, np.), o que gera, como resultado, o fechamento de fronteiras ao país ou a imposição de rígidas restrições para a entrada de brasileiros.

Para Safatle (2020b), países de inserção periférica, como o Brasil, servem de laboratório para gestões autoritárias neoliberais de nações que atuam nas dimensões centrais do sistema capitalista. O autor entende que vivemos um momento de deslocamento do que antes era entendido como “necropolítica”, no sentido de que a gestão da morte não se pautaria mais apenas por uma lógica colonial, ou seja, quando o Estado assumia um papel protetor em relação a classes dominantes e um papel predador em relação às minorias; em outras palavras, o Estado diferenciava as “pessoas”, que eram dignas de comoção e lutos, das “coisas”, aqueles cuja

6 Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>

morte é entendida no contexto de uma ordem banal, se tornando apenas números. Considerando o Estado suicidário, na pandemia “[...] a lógica do estado predador se generaliza para a integralidade do corpo social, mesmo que nem todos os setores deste corpo estejam no mesmo nível de exposição à vulnerabilidade” (na mesma obra).

Ainda que uma parcela dos brasileiros seja privilegiada, por possuir acesso a sistemas privados de saúde e proteção, não há como negar a ampliação do nível de exposição à morte para a população como um todo, conforme afirma Safatle, associada à naturalização dessas mortes. A vulgarização dos óbitos na pandemia é, portanto, parte de um projeto que busca reafirmar o discurso da liberdade individual de cada um acima de qualquer circunstância, mesmo do aniquilamento de si e do próximo.

Diante do morticínio provocado pelo Estado suicidário, a comoção perante as perdas em massa é notoriamente alterada. O acidente com o avião que transportava a Associação Chapecoense de Futebol em 2016, por exemplo, deixando 71 mortos, repercutiu no mundo todo como uma grande tragédia, gerando homenagens que viralizaram, tal como a *hashtag* “#forçachape”. Já na pandemia da covid-19 o número de mortos, em um único dia, chegou a ser mais de cinquenta vezes maior do que o da fatalidade citada, por diversas vezes, mas a repercussão e a compaixão pelas vítimas não foram as mesmas. Entendemos aqui que a nossa (não) relação com o luto coletivo é intrínseca às manifestações discursivas do bolsonarismo durante a pandemia e reforça a dinâmica suicidária presente no governo federal.

#### 4. A ACEITAÇÃO DA VULNERABILIDADE COMO CONDIÇÃO DO LUTO EM JUDITH BUTLER

---

A filósofa Judith Butler concebe o luto a partir da sua teoria do sujeito, segundo a qual seríamos constituídos por uma negatividade fundamental, pelo desejo de um objeto externo e, portanto, pela falta. Nas palavras de Safatle (2015, p.180), trata-se de “ter a sua essência em um outro”. A partir desta concepção relacional de sujeito se conclui que relações intersubjetivas implicam uma “desposseção de si”, novamente segundo Safatle, desposseção essa que se revelará central para a ação política defendida pela pensadora estadunidense. É, portanto, sustentados na ideia deste desamparo, ou no que o filósofo chama de “consciência de uma vulnerabilidade estrutural” (na mesma obra., p. 193), que devemos compreender o conceito de luto em Judith Butler e de que maneira ele foi reprimido no contexto da pandemia no Brasil.

Em obra cujo título original foi publicado meses após os ataques às torres gêmeas, Butler (2004/2020) dedica um capítulo a pensar o luto à luz de suas constituições fundamentais e, principalmente, à luz de seu potencial político para a comunidade. É crucial ter em vista que, também no luto, Butler se guia por um ideal de “comunidade com base na vulnerabilidade e na perda” (BUTLER, na mesma obra, p. 39).

Em diálogo com Sigmund Freud, autor de Luto e melancolia, de onde derivam as concepções originais sobre o luto, Butler parece se incomodar com a ideia segundo a qual parece realizável, no horizonte do processo de luto, a simples substituição do objeto perdido por um outro, condição que seria suficiente para o enlutamento. É esse incômodo fundamental, nos parece, que leva a autora a reelaborar a ideia do luto a partir de sua teoria do sujeito, um processo cuja condição de realização estaria em:

[...] aceitar que a perda a mudará, possivelmente para sempre. Talvez o luto tenha a ver com concordar em passar por uma transformação (talvez se deva dizer *submeter-se* a uma transformação) cujo resultado final não podemos conhecer antecipadamente. (BUTLER, na mesma obra, p. 41)

Disso deriva que a constituição do luto enquanto fenômeno social implicaria, necessariamente, a aceitação de uma vulnerabilidade essencial, ou seja, estar disposto a uma transformação de si. O que nos leva a

perguntar: o que se passaria, então, a um sujeito que se recuse a aceitar tal condição? Segundo Butler (na mesma obra, p.50):

Quando o luto é algo a ser temido, nossos medos podem dar origem ao impulso de resolvê-lo rapidamente, bani-lo em nome de uma ação investida do poder de restaurar a perda ou devolver o mundo a uma ordem precedente, ou revigorar a fantasia de que o mundo precedente era ordenado.

Nesse sentido, tendo em vista a eclosão da pandemia de covid-19 como um acontecimento que, necessariamente, implica rupturas e perdas, simbólicas e materiais, devemos considerar a hipótese de que as reações de Jair Bolsonaro e, portanto, do governo federal a tais rupturas podem ser vistas como uma recusa à aceitação da vulnerabilidade fundamental de que falava Butler.

Em seu trabalho clássico a respeito do luto, Kübler-Ross (1969/1996) descreve o que seriam os cinco estágios desse processo, a saber: negação e isolamento; raiva; barganha; depressão e aceitação. Aplicando essa formulação ao bolsonarismo enquanto sujeito político da pandemia, trata-se de considerar que, na melhor das hipóteses, avançou-se até o segundo estágio, e então o processo de luto teria sido interrompido.

Não nos parece em vão recordar que, nos primeiros meses da atual crise pandêmica, diante de perspectivas desoladoras que já assombravam o país, Bolsonaro sucessivamente bradou que “a vida teria de continuar”<sup>7</sup>. É como se um ideal de país, ideal cuja condição de existência implica uma “vida normal”, subitamente, se perdesse e restasse, então, a perpetuação de um estado de negação. Trata-se de uma alucinação que se manifestou de diferentes maneiras ao longo do percurso de pandemia no Brasil.

No começo, o bolsonarismo oscilava entre acusar a imprensa e os especialistas de superestimarem os impactos do vírus e denunciar o que seriam registros de óbito fraudados por governadores e prefeitos<sup>8</sup>. Mais adiante, conforme avanço do morticínio brasileiro e a consolidação do país como palco da pior gestão da pandemia no mundo<sup>9</sup>, ganhou protagonismo a defesa de medicamentos ineficazes contra o vírus, acompanhada do boicote a vacinas, especialmente a CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan e considerada um trunfo político de João Doria, então governador de São Paulo, visto como adversário por Bolsonaro.

Chama atenção, entretanto, que em meio a essas estratégias ainda se veem presentes alguns surtos que vão além de simplesmente boicotar o combate ao vírus, ou estimular o contágio da população. Em abril de 2021, Jair Bolsonaro afirmou que “resolveria a questão do vírus em minutos”<sup>10</sup>; bastaria, segue o raciocínio, “pagar o que os governos pagavam” para veículos de imprensa.

A covid-19, segundo esta visão, seria um problema imaginário e cuja solução estaria em parar de noticiá-lo. É nesses momentos que o negacionismo se manifesta de um modo particular: enquanto sintoma de uma fantasia presa no ideal de um país pré-pandêmico. Como se o imaginário bolsonarista, após mais de um ano de pandemia, permanecesse alocado em uma condição anterior ao acontecimento do vírus, precisamente a ilusão expressa no mencionado “discurso da gripezinha”, quando, mesmo à vista de um tsunami pela janela, Bolsonaro insistiu que “venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil”<sup>11</sup>, logo após garantir ser invulnerável à doença em razão de um suposto “histórico de atleta”.

7 Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>

8 Ver: <https://cartacapital.com.br/saude/baseado-em-boato-bolsonaro-acusa-estados-de-inflar-dados-sobre-coronavirus/>

9 Ver: <https://dw.com/pt-br/brasil-fez-a-pior-gest%C3%A3o-do-mundo-na-pandemia-diz-estudo/a-56369231>

10 Ver: [https://em.com.br/app/noticia/politica/2021/04/06/interna\\_politica,1254386/bolsonaro-ataca-imprensa-e-diz-que-resolve-problema-do-virus-em-minutos.shtml](https://em.com.br/app/noticia/politica/2021/04/06/interna_politica,1254386/bolsonaro-ataca-imprensa-e-diz-que-resolve-problema-do-virus-em-minutos.shtml)

11 Ver: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>

Em artigo para o Nexo Jornal, Oliveira (2021) sugere que a interrupção do luto, no caso brasileiro, nos deixa em um estado intermediário entre a melancolia e o humor. O riso, nesse cenário, serviria, precisamente, a um impulso de autodefesa contra o convite à vulnerabilidade. Afinal, “[...] o eu-Brasil se recusa a sofrer com a realidade, mas não se trata de fuga ou negação, mas de reconhecimento: o eu se afirma” (OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, reconhecer a nossa vulnerabilidade diante do vírus, uma condição do luto para Butler, implicaria renunciar à fantasia de virilidade e controle que permeia o bolsonarismo. Em entrevista concedida a Morris Kachani, a psicanalista Maria Homem (INCONSCIENTE COLETIVO, 2021) afirma que o gozo fascista pode ser compreendido à luz de uma “erótica da morte”, expressa por meio de símbolos como caveiras e armas, que operariam uma “inversão sujeito-objeto na equação”, como se a angústia de se ver submetido à incerteza da morte pudesse ser superada pelo seu enfrentamento direto. Parece ser exatamente esse o horizonte traçado por Butler (na mesma obra, p.49) ao dizer que “a negação dessa vulnerabilidade por meio de uma fantasia de domínio (uma fantasia institucionalizada de domínio) pode alimentar os instrumentos de guerra”.

Não seria, precisamente, esse ideal que Bolsonaro expressa quando, junto a apoiadores, afirma ser ele “imorrível”, além de “imbrochável” e “incomível”?<sup>12</sup> Se é correto dizer que a pandemia não inaugurou a atividade dessas fantasias no imaginário fascista brasileiro, também é pertinente afirmar que, no entanto, ela impõe desfechos muito particulares a essas pulsões. Pois a morte está à espreita em graus exponenciais, de modo que essa erótica pode muito bem se confundir com o que chamamos de pulsão suicidária.

Butler parece ser solidária ao reconhecimento desta pulsão como efeito possível da negação do luto, transformada em um estado de melancolia. O não reconhecimento da raiva, segundo estágio do luto nos termos de Kübler-Ross, para Butler (1997/2017, p.156), “[...] pode a intensificar. E se ela é condenada publicamente, os efeitos melancólicos da condenação podem atingir proporções suicidas”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, considera-se que o modo com que o governo Bolsonaro lidou com a pandemia da covid-19 não apenas submeteu a população brasileira a um alto nível de risco, como também instiga uma pulsão suicidária, que faz com que os cidadãos oportunizem a própria morte. As comparações entre a situação atual e o nazifascismo do século XX servem, portanto, para alertar sobre os perigos que as estratégias impregnadas no discurso bolsonarista estabelecem; não se trata de uma postura nova e ingênua, mas de atitudes que já foram exploradas no passado e que até hoje marcam a sociedade pelo horror e calamidade que causaram.

Apropriando-se do que chamamos de fantasia de masculinidade, o bolsonarismo, além de nos convocar para o gozo de uma pulsão autodestrutiva, age para anular a possibilidade coletiva do luto, uma vez que ela depende da expressão da vulnerabilidade individual. Nesse sentido, entendemos que o Estado suicidário convida a população a se entregar à morte e, diante da concretização desse fim, os sobreviventes não têm o consentimento de experimentar o luto, já que devem permanecer em posição estável, inflexível, invulnerável, ou seja, aptos para continuarem na direção orientada pela pulsão suicidária.

Compreender as atitudes do governo federal à luz desses comportamentos, ao nosso ver, é fundamental para que se oriente a luta em defesa da vida e da ciência, assim como para que seja afirmado o direito ao luto enquanto resistência coletiva à barbárie em curso no Brasil.

12 Ver: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/sou-imorrivel-imbrochavel-tambem-sou-incomivel-diz-bolsonaro-25021461.html>

## 6 REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. (1975) Propaganda fascista e anti-semitismo. Orig. In SIMMEL, E. *Antisemitism: A social disease*. Madison: International University Press, 1946. Reproduzido em: *Gesammelte Schriften Vol. 9, T. I [Soziologische Schriften] Frankfurt: Surhkamp Verlag*, 397-407. Traduzido por Francisco Rüdiger. Recuperado de [https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor\\_Adorno\\_-Propaganda\\_fascista\\_e\\_anti-semitismo\\_\\_1946\\_\\_.htm?1349568169](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Theodor_Adorno_-Propaganda_fascista_e_anti-semitismo__1946__.htm?1349568169).
- BUTLER, J. (1997/2017) *A vida psíquica do poder*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BUTLER, J. (2004/2020) *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. (1980/1996) *Mil Platôs*. v. 3. São Paulo: Editora 34, p. 76-106.
- DE ROSA, A. S. et al. (2021). Sensemaking processes and social representations of COVID-19 in multi-voiced public discourse: Illustrative examples of institutional and media communication in ten countries. *Community Psychology in Global Perspective*, v. 7, n. 1, 13-53. doi: 10.1285/i24212113v7i1p13
- FONTENELLE, I. A. (2017) *Cultura do consumo: fundamentos e formas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- FOUCAULT, M. (1976/1999). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes.
- GIACOMOZZI, A. I. et al. (2022). COVID-19 and Elderly Females - a Study of Social Representations in Brazil. *Trends in Psychology*, 1-17. doi: 10.1007/s43076-021-00089-9
- INCONSCIENTE COLETIVO (2021, 1 de fevereiro). *Mortes por asfixia no pulmão do mundo: o luto possível, segundo Maria Homem*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=4PwV-wCoay4&t=641s>.
- KÜBLER-ROSS, E. (1969/1996). *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes.
- JUSTO, A. M. et al. (2020). Communication, social representations and prevention information polarization on COVID-19 in Brazil. *Papers on Social Representations*, 29(2), 4-1. Recuperado de <https://psr.iscteul.pt/index.php/PSR/article/view/533/471>
- OLIVEIRA, M (2021, 2 de janeiro). *Entre a melancolia e o humor: o país que ri e não chora seus mortos*. *Nexo*. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Entre-a-melancolia-e-o-humor-o-pa%C3%ADs-que-ri-e-n%C3%A3o-chora-seus-mortos>.
- SAFATLE, V. (2015) *Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler*. In BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica.
- SAFATLE, V. (2020a) *Bem-vindo ao estado suicidário*. *N-1 edições*. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>
- SAFATLE, V. (2020b) *Para além da necropolítica*. *N-1 edições*. Recuperado de <https://www.n-1edicoes.org/textos/191>
- STANLEY, J. (2020, 26 de março). “Fantasias autoritárias”: filósofo de Yale analisa discurso de Bolsonaro. *Entendendo Bolsonaro*. 2020. Recuperado de <https://entendendobolsonaro.blogosfera.uol.com.br/2020/03/26/fantasias-autoritarias-filosofo-de-yale-analisa-discurso-de-bolsonaro/>
- VIRILIO, P. (1976/1999) *La inseguridad del territorio*. Buenos Aires: La Marca.